

O IMPACTO DO PNLD NO ENSINO DE HISTÓRIA: *CIFRÕES E IDEOLOGIA*

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano¹

Resumo

Neste trabalho apresento, sinteticamente, um panorama do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD (criado em 1985), política pública de avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para a escola pública do ensino básico, e como esta ação estatal impacta, de modo particular, o currículo desenvolvido nas escolas públicas brasileiras da educação básica. De modo específico, é apresentada uma polêmica envolvendo a compra governamental para a disciplina de História, em que o debate sobre ideologia nos livros didáticos é novamente trazido a tona. Tal polêmica pode ser simbolizada pela matéria de capa da revista *Carta Capital: Cifrões e ideologia*, de 3/out/2007. Nesse processo três são as instâncias envolvidas: políticas públicas, mídia e mercado editorial. Por fim, à luz do grande mercado que representa a educação brasileira na contemporaneidade, finalizamos com a problematização se a história contada nos materiais didáticos não estaria mais vinculada aos *cifrões* do que à *ideologia*, dado o grande campo de disputa no segmento dos didáticos, a significativa capacidade de investimento dos grupos empresariais que dominam o setor (nacionais e multinacionais) e os novos produtos que chegam à escola pública (os sistemas de ensino) que remetem a uma reflexão sobre os limites entre público e privado na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional do Livro Didático-PNLD; Coleção Nova História Crítica; Sistema Apostilado de Ensino; Educação.

¹ Doutora em História da Educação pela PUCSP, Gestora na PMSP e Assessora da Fundação Getúlio Vargas como Coordenadora de Tutoria.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar um panorama do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD (criado em 1985), política pública de avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para a escola pública do ensino básico, de modo a caracterizar como esta ação estatal impacta o currículo desenvolvido nas escolas públicas brasileiras da educação básica, principalmente após 1996, período em que esse Programa passa a ter abrangência nacional, destinação regular de verba e ampara a reforma na Educação advinda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 (Cassiano, 2007).

De modo específico apresento o debate instaurado a partir da compra governamental para a disciplina História, em 2007, que pode ser simbolizado pela chamada da matéria principal da revista Carta Capital, de 3/10/2007 - *Cifrões e ideologia* - de Ana Paula Souza. Ou seja, mostramos como o debate sobre ideologia nos livros didáticos de História novamente foi trazido à tona, porém, no contexto do grande mercado que representa a educação pública brasileira, na contemporaneidade (Cassiano, 2007).

Assim, problematizamos se a história contada nos livros e demais materiais didáticos na contemporaneidade (década 2010) não estaria mais vinculada aos *cifrões* do que à *ideologia*, devido ao campo de disputa caracterizado pelo mercado que a educação pública representa para os grandes grupos empresariais, que investem pesadamente no segmento didático do país.

Ou seja, finalizamos trazendo questões que ultrapassam as que são próprias da disciplina História, uma vez que, inegavelmente, os grandes grupos empresariais que hoje disputam o segmento dos materiais didáticos têm grande poder de investimento, sendo que tais grupos vendem produtos – para todas as disciplinas e níveis de ensino da Educação Básica - já conhecidos como se fossem produções contemporâneas, principalmente valendo-se das novas tecnologias, sendo os Sistemas de Ensino, oriundos dos cursinhos pré-vestibulares, o mais significativo exemplo desse processo.

No Brasil dos anos 2010, cada vez mais municípios compram *Sistemas de Ensino*, com verbas próprias (em detrimento do recebimento gratuito dos livros didáticos enviados pelo governo federal) e, ao fazerem-no, todo o currículo da educação pública local passa a ser de total competência de instituições privadas, que visam o lucro; sendo que os limites entre público e privado adquirem novas configurações que, provavelmente, deverão ser reavaliadas nos próximos anos.

O livro didático na educação e o PNLD

O livro didático tem sua essência atrelada à cultura escolar, assim, além dos conteúdos pedagógicos contidos nesses livros e suas implicações curriculares (considerando sua produção - o autor, editor etc; e seu uso – docentes, alunos etc), há de se levar em conta que também incidem neste tipo de livro intervenções estatais (à luz das políticas públicas) e regulações de mercado (uma vez que no Brasil os livros didáticos são editados por empresas privadas que visam o lucro). Historicamente, então, *controle estatal e influências comerciais* nos livros didáticos variam conforme o período histórico analisado. Por exemplo, podemos considerar que quanto mais democrático um país for, haverá menor controle ideológico dos conteúdos didáticos pelo Estado. Quem não se lembra das denúncias recorrentes da “ideologia nos livros didáticos” nos períodos ditatoriais? Mesmo nos períodos democráticos, tais questões por vezes surgem, como bem podemos verificar no debate que será posteriormente apresentado, que foi objeto de uma matéria de oito páginas na revista CartaCapital de 3/10/2007 (Souza, 2007), bem como de outros importantes veículos de comunicação (revistas Veja e Época, e jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, por exemplo), além de ter sido objeto de artigos acadêmicos, como pode ser observado em Ferreira & Franco (2008) e Silva (2012).

Praticamente 50% de todos os livros que circulam no Brasil são didáticos, porque por meio do *Programa Nacional do Livro Didático- PNLD*, o governo compra, de modo regular e planejado, livros didáticos de todas as disciplinas para distribuir a todos os alunos que estão nos ensinos fundamental e médio da educação básica da rede pública de ensino.

Historicamente, há dois marcos que referenciam o PNLD. Em 1985 esse Programa foi criado e fazia parte de outras políticas sociais instituídas pelo governo, que queria dar sua marca na redemocratização do país. Porém, neste período, a aquisição e a distribuição de livros didáticos, apesar de significativa, não eram universais (no sentido de atender a todos os alunos da educação básica da rede pública) e sequer tinham regularidade.

O PNLD passa a ter universalidade na distribuição dos livros e regularidade nos recursos aplicados a partir do que considerarei como o seu segundo marco, que se dá em 1996, à luz reformas na educação implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em que se pressupõe e, de fato, se implementa gradativamente; a compra e a distribuição universal de livros didáticos (de todas as disciplinas escolares) para todos os estudantes dos ensinos fundamental e médio da educação básica da rede pública brasileira, que representam, aproximadamente, 90% dos alunos matriculados nestes níveis de ensino.

Ou seja, no início dos anos 2010 há, aproximadamente, 38 milhões de alunos matriculados na educação básica brasileira (INEP, 2013) sendo que 33 milhões estão na rede pública, contrapondo-se aos cinco milhões de alunos matriculados na rede particular de ensino, como pode ser observado a Tabela 1.

Tabela 1: Número de Matrículas na Educação Básica do Brasil – 2012

Nível de ensino	Total de matrículas	Rede Pública	Rede Privada
Educação Infantil	7.295.512	5.190.128	2.105.384
Ensino Fundamental	29.702.498	25.431.566	4.270.932
Ensino Médio	8.376.852	7.310.689	1.066.163
Educação Profissional	1.063.655	407.689	607.336
Educação de Jovens e Adultos	3.906.877	3.775.904	130.973
Educação Especial	199.656	58.225	141.431
Total	50.545.050	42.222.831	8.322.219

INEP, 2013. Censo Escolar da Educação Básica 2012/ Resumo Técnico. Dados organizados pela pesquisadora

Segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), para o PNLD 2012, o governo investiu R\$ 1.326,5 bilhões na compra, avaliação e distribuição de 160 milhões de livros didáticos para serem usados pelos alunos matriculados nos diferentes níveis de Ensino da Educação Básica Pública.

Certamente, tais dados possibilitam compreender porque nenhum segmento no setor do livro tem um universo tão grande de leitores certos e regulares, como é o caso dos didáticos, constituindo-se, portanto, em privilegiado campo de disputa das maiores editoras do país. Entende-se, também, o impressionante volume desse produto que circula anualmente no país, sendo este um dos principais recursos didáticos usados nas escolas de educação básica. Mesmo que usado de diferentes formas por docentes e alunos, certamente pode-se dizer que tais livros dão seu marco nos currículos desenvolvidos nas mais de 120.000 escolas públicas distribuídas por todos os municípios brasileiros.

Nesta perspectiva, reafirmamos que o livro didático ainda se constitui, hoje (2013), como importante recurso didático no Brasil. Devido às dimensões do país, que conta com mais de 5.500 municípios, bem como considerando sua diversidade socioeconômica e cultural, há lugares em que o didático é o único livro que algumas pessoas têm acesso na vida porque, como já vimos, há algumas décadas o governo garante que todos os estudantes da rede pública tenham acesso a tais livros. Certamente, um aluno da rede pública da cidade de São Paulo provavelmente terá mais condições de ter acesso a outros recursos – advindos das novas tecnologias, por exemplo – do que um aluno que estuda num município mais distante no Amazonas ou no Piauí, por exemplo. Vale destacar que o correio brasileiro já ganhou importantes prêmios mundiais por distribuir, com competência, o impressionante número de livros comprados por meio do PNLD anualmente, para as escolas públicas distribuídas do Oiapoque ao Chuí no Brasil. Assim, de uma forma ou de outra (por embarcações, por exemplo) é certeza de que os livros didáticos chegam a todas as escolas públicas do país.

Crítérios para a compra pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

Desde 1996, o governo brasileiro só compra livros didáticos que atendam a uma série de critérios de qualidade (pedagógica e técnica) instituídos anualmente em editais. Na instância pedagógica, quem avalia essa “qualidade” são comissões de técnicos vinculadas a diferentes Universidades no país (que varia conforme a disciplina analisada) que aprovam ou reprovam os livros a serem comprados pelo governo, por

6

ocasião do Programa de Livro em referência (atualmente, há vários programas de livros governamentais, com suas respectivas normatizações, em que se consideram as especificidades do material a ser comprado – para o Ensino Fundamental, para o Ensino Médio; para as modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial; Dicionários para todos os níveis de Ensino, entre outros).

Nessas avaliações, há critérios gerais e específicos para as coleções de livros de cada disciplina e modalidade de ensino a ser comprado, em que muitas variáveis devem ser levadas em conta, dependendo das especificidades de cada nível de ensino, bem como de cada disciplina. Nesse contexto, há investimento pesado das editoras, uma vez que nenhuma delas quer ficar fora da compra governamental.

Miranda e De Luca (2004), afirmam que os efeitos da política de avaliação governamental para compra das obras, no PNL D, teve efeitos incontestáveis na forma e no conteúdo do livro didático brasileiro, sendo esse processo visível na área de História:

“(...) de um cenário marcado pelo predomínio de obras que veiculavam, de modo explícito ou implícito, todo tipo de estereótipo e/ou preconceitos, para um quadro em que predominam cuidados evidentes, por parte de autores e editores, em relação aos critérios de exclusão de uma obra didática. Nos vários editais e nos Guias publicados, tais critérios têm sido exaustivamente repetidos: existência de erros de informação, conceituais ou de desatualizações graves; veiculação de preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e,

Para as autoras, o fato de uma obra não estar presente no Guia publicado pelo MEC traz inegáveis consequências financeiras para as editoras, sendo que a instituição da avaliação governamental num contexto democrático desencadeou fortes mecanismos de reajustamentos e adaptações editoriais. As autoras destacam, ainda, que para o segmento dos didáticos importa “menos a orientação metodológica ou a ideologia contida em uma coleção didática e mais a sua capacidade de vendagem e aceitação no mercado”. Ou seja, o livro didático assume claramente sua dimensão de mercadoria, já apontado inicialmente, sujeito às instâncias das políticas públicas e regulações de mercado.

Nesse contexto, enfatizam que os pareceres técnicos de avaliação, em que por vezes algumas obras são excluídas, desempenham importante papel para a reformulação das coleções, o que explica o fato de uma coleção excluída em determinado PNL D seja aprovada em outra edição do programa, o que indica o quanto o

processo de avaliação foi tomado a sério por certos autores e editores. Outro ponto importante destacado por Miranda e De Luca (2004) estaria no desempenho agressivo das editoras no mercado, que se valiam de estratégias de *marketing* sofisticadas, a ponto de influir decisivamente nos processos de escolha do professor, nas escolas de todo o país, sendo que as empresas com maior capacidade de investimento certamente possuem vantagens nesta empreitada.

Nesse sentido, visando evitar abusos das editoras, o MEC instituiu a Portaria 2.963, em 29/08/2005, contendo normas de conduta para as editoras participarem do PNLD. Como muitas das tradicionais práticas de divulgação das editoras se mantiveram, em 5 de abril de 2007 essa Portaria foi substituída pela Portaria Normativa nº 7, em que as normas de condutas para as editoras ficaram mais rígidas, prevendo-se multas punitivas e até suspensão do contrato estabelecido entre o MEC e a editora infratora, no caso de reincidência no descumprimento da Lei.

Assim, por ocasião do PNLD, ficaram proibidas as palestras dos autores dos livros didáticos constantes no Guia de Livros Didáticos, em espaços do ensino público; as visitas dos divulgadores nas escolas públicas para a entrega dos livros, entre outras medidas, sendo permitido, porém, o envio dos livros pelo correio, para a avaliação dos professores (Cassiano, 2012).

A polêmica sobre o livro *Nova História Crítica*

Em 2007 foi desencadeada uma polêmica sobre a qualidade dos livros didáticos de História comprados por meio do PNLD, a partir do artigo do diretor de jornalismo da rede Globo, Ali Kamel, *O que Ensinam às Nossas Crianças*, publicado em 18/07/2007, no jornal *O Globo* e reproduzido no jornal *O Estado de São Paulo*. Nesse artigo, o jornalista critica o livro *Nova História Crítica* de Mario Schmidt, da Editora Nova Geração, considerando ser esta uma obra de doutrinação comunista, entre outras considerações desta ordem, e chamando a atenção para o fato de o MEC (Ministério da Educação) comprar e distribuir tal material gratuitamente, por meio do PNLD.

Essa polêmica alcançou vários jornais e revistas de grande abrangência no país (jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e revistas como *CartaCapital* e

Época, entre outros), além de ocupar noticiários da televisão e do rádio. Segundo o articulista Luis Nassif (2007), houve até projeção internacional da suposta denúncia, no El País, na Espanha e Miami Herald, nos Estados Unidos. De acordo com Nassif (2007), o jornalista Kamel, em seu artigo, seleciona textos do livro *Nova História Crítica* que considera serem favoráveis aos regimes comunistas, mas deixa de fora trechos do livro em que há críticas explícitas ao marxismo, a Stalin e a Mao.

Para José de Nicola Neto (2007), então Presidente da Abrale – Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (São Paulo-SP), o artigo de Ali Kamel implicava que o MEC incentivou a adoção do livro *Nova História Crítica*, por conta de interesses ideológicos do governo Lula, desconsiderando que os livros comprados pelo PNLD são avaliados, primeiramente, por especialistas e, posteriormente, são escolhidos livremente pelos professores de todas as escolas públicas brasileiras, do respectivo nível de ensino para o qual está sendo feita a compra do MEC.

Ainda, causa estranhamento que tal artigo tenha sido escrito justamente quando *Nova História Crítica* reprovada na Avaliação dos Livros Didáticos (2007), uma vez que a obra em questão entrou para as compras governamentais do PNLD pela primeira vez em 2002, na gestão Fernando Henrique Cardoso, e deixou de ser adotada em 2007, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, por ter sido excluída na Avaliação de Livros Didáticos feita por pareceristas, vinculados às Universidades.

Ou seja, justamente o contrário do que foi suposto por Kamel, uma vez que nem a indicação da obra, em 2002, derivou do “esforço” de FHC; sequer a desclassificação da mesma em 2007 foi resultante de iniciativas do governo petista, ainda que o autor vinculasse (erroneamente) a “distribuição” da obra (justamente quando ela foi desclassificada) à compra do ministério petista.

Outra distorção dos fatos deu-se por conta do discurso do ex-ministro Paulo Renato de Souza que, na época, somou-se à condenação da obra pelo seu cunho de “doutrinação esquerdista”, apoiada pelo governo Lula: “Quando estávamos no governo, evitávamos viés ideológico na escolha dos livros didáticos. Essas diferenças devem ser respeitadas, mas, infelizmente estamos vendo que a prática se perdeu com o tempo”, declarou no site do PSDB (Sousa, 2007).

Como já se disse, o ex-ministro não apurou que a obra foi aprovada pela primeira vez na sua gestão, no governo FHC, e excluída justamente na gestão Lula, em 2007. Em Cassiano (2007) pode-se aferir que o PNLD virou uma Política de Estado devido à consolidação do Programa, que se deu, de fato, a partir de 1996, no mote da LDB 9394/96. Tal Programa tem, inclusive, reconhecimento mundial, uma vez que é desenvolvido com competência em suas diferentes etapas: avaliação, seleção (pelo professor), compra e distribuição (pelos Correios, empresa esta que já ganhou prêmio mundial devido à distribuição feita por ocasião do PNLD).

Há, de fato, ressalvas e debates de outras instâncias que poderiam ser feitos ao PNLD, por exemplo, na instância de políticas públicas poderia ser discutida a consolidação do PNLD justamente na Implementação de uma reforma política (LDB9394/96) cujos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs foram lançados não como obrigatoriedade curricular, mas como uma orientação. Porém, como os PCNs passaram a balizar a avaliação dos livros didáticos comprados pelo governo, de livros que posteriormente seriam distribuídos a todas as escolas públicas do país, certamente tais medidas impactaram, de fato o currículo desenvolvido nas escolas públicas brasileiras desde este período e, certamente, auxiliaram também a implementação da reforma educacional.

No caso da *Nova História Crítica*, a coleção participou pela primeira vez do PNLD na edição de 2002, e foi escolhida por professores de todo o Brasil, ainda que na resenha feita no Guia de Livros Didáticos (Brasil, 2001) desse período, que referencia a escolha do professor, pode-se aferir que a obra foi aprovada com uma série de restrições, sendo recomendada sua problematização pelo professor, em sala de aula, numa eventual adoção da obra. Outro interessante dado é que nesse PNLD de 2002, em São Paulo, a obra não foi escolhida por nenhuma escola (Cassiano, 2004), sendo inversamente proporcional à escolha feita no Rio de Janeiro, em que a obra foi largamente adotada, provavelmente por ser a cidade de naturalidade do autor.

Para o PNLD de 2005 foram aprovadas 22 coleções de História, sendo a maior parte editada por grandes editoras do segmento dos didáticos (Ática e Scipione, Saraiva e Atual, FTD e Formato, Brasil), e a coleção *Nova História Crítica* editada pela Nova

Geração, o que é de se estranhar, pois dificilmente as pequenas editoras conseguem ter algum sucesso no PNLD, pois faltam recursos para que divulguem suas obras, mesmo que passem na avaliação feita pelo MEC.

Ainda assim, essa coleção teve ampliação das adoções, mesmo que as críticas dos avaliadores tivessem sido mantidas e, até mesmo, ampliadas no Guia de Livros Didáticos 2005 (Brasil 2004), referente às obras aprovadas. No trecho abaixo reproduzido, da resenha disposta nesse Guia, pode-se observar que as críticas superam o elogio à coleção, a saber:

“A coleção propõe o estudo das transformações históricas da humanidade sob a ótica dos vencidos e valoriza a formação de alunos capazes de pensar a realidade de modo crítico. Há grande diversidade de fontes históricas e o texto didático oferece constantes questionamentos e problematizações que, se bem aproveitados pelo professor podem gerar situações de aprendizagem com grande potencial pedagógico.

No entanto, há limites que exigem atenção. A anunciada perspectiva “crítica” associa-se mais à utilização de uma linguagem marcada pela excessiva informalidade do que pela formação de um aluno capaz de pensar e compreender o procedimento histórico. Os recursos usados para facilitar a apresentação de sínteses explicativas resvalam no maniqueísmo e em uma visão muito simplificada dos processos e contradições sociais. As atividades, supostamente reflexivas e críticas, não incluem proposições que ofereçam aos alunos possibilidade de construção de raciocínio autônomo e se esgotam em caminhos nos quais, em geral, uma única resposta é cabível.”

(Brasil, 2004, p. 132)

Como já se disse, o fato dessa obra ter sido significativamente criticada pelos pareceristas não impediu os professores de adotarem-na em 2005. Porém, com a reprovação da obra *Nova História Crítica* na Avaliação dos livros didáticos, em 2007 (para o PNLD-2008), os professores de História não puderam mais adotá-la para ser adquirida pelo Programa e, posteriormente, usada em sala de aula.

Assim, podemos considerar que a questão da compra estatal pautar-se pela ideologia contida na obra *Nova História Crítica* configurou-se como uma falsa polêmica, ainda assim, certamente muitos pontos chamam a atenção nesse debate.

O segmento dos didáticos é o mais rentável do país e dificilmente pequenas editoras conseguem adentrar e permanecer neste ramo, sendo um mercado muito concorrido devido à gigantesca compra governamental feita de modo recorrente pelo MEC, por conta do PNLD, já apresentado inicialmente. Assim, a educação pública

brasileira constitui-se como significativo mercado, dominado por grandes grupos, nacionais e multinacionais, que disputam seu domínio de várias formas, uma vez que têm grande poder de investimento (Cassiano, 2007).

Mais do que o próprio debate sobre ideologia apresentado anteriormente, chama a atenção o descompasso entre a avaliação dos pareceristas do MEC e a escolha do professor; sendo que o livro significativamente adotado em 2005 simplesmente foi excluído da compra governamental de 2007. Independentemente da discussão sobre a qualidade desse livro, a escolha do professor deixou de ser considerada e deveria ser mais bem entendida pela instância pública, inclusive tendo como referência que a formação docente deve ser privilegiada no âmbito das políticas públicas.

Nessa direção, a entrada dos “sistemas estruturados de ensino” na rede pública é um fenômeno contemporâneo da educação brasileira, iniciado nos anos 2000, que também envolve as grandes editoras do segmento didático, a educação pública e o currículo (considerando material didático, formação de professores, avaliação, assessoria tecnológica, entre outros elementos que envolvem o desenvolvimento do currículo na escola), que segue em paralelo ao PNLD e também pode ser considerado nessa discussão, porém como uma polêmica concreta.

Os sistemas de ensino - mais cifrões, menos ideologia

O novo fenômeno de vendas para a rede pública de ensino são os “sistemas estruturados de ensino”, oriundos dos cursinhos pré-vestibulares, em que são vendidos diretamente às prefeituras brasileiras, material didático apostilado (sem autoria), formação de professores e todo o currículo organizado principalmente via web, de modo geral. Como já se disse, a questão é polêmica, mesmo com uma gama de opiniões contrárias à implementação desses *sistemas apostilados de ensino* na rede pública brasileira, uma vez que não passam por nenhum tipo de avaliação governamental, diferentemente do que ocorre com os livros didáticos comprados pelo governo, entre outras restrições de cunho pedagógico.

Assim, ainda que o debate sobre as novas tecnologias versus livro didático impresso tome corpo na mídia e na academia, o que vemos hoje de modo considerável não é a substituição do livro didático pelos conteúdos digitais de forma generalizada,

mas sim a substituição dos livros didáticos por esses “*sistemas estruturados de ensino*”, que têm sua história atrelada aos cursinhos pré-vestibulares e cuja metodologia proposta é de um ensino calcado em conteúdos enciclopédicos que, historicamente, pressupunham a entrada nos tradicionais vestibulares das principais universidades públicas do país. Hoje, tais sistemas são vendidos para todos os níveis de ensino, inclusive para a educação infantil.

Tal concepção pedagógica, de certo modo, é contrária a todas as possibilidades de interação e exploração potencializadas pelos novos meios ou por algum tema que interesse aos alunos, inclusive não potencializa que se contemple a diversidade (cultural, pedagógica) existente na escola (principalmente pública), uma vez que nessa metodologia de ensino o conteúdo abordado nas apostilas (impressas) deve ser dado, obrigatoriamente, nas datas previstas pelos docentes que, nesse processo, passam também a ter pouca autonomia em sala de aula. Inclusive, como parte do “pacote”, também há todo um processo de formação da editora, via web, bem como amparo pedagógico ao aluno e ao docente (via web, também).

Na matéria publicada na revista IstoÉ, de 20/12/2006, no artigo intitulado “A didática da esperteza”, Chico Silva destacou que “prefeitos encaixotam livros escolares cedidos pelo MEC em troca de um sistema de apostilas caro e de qualidade duvidosa”. Para fundamentar essa afirmação, o articulista considerou que 129 municípios do Estado de São Paulo (um quinto dos 645) deixam de usar os livros didáticos enviados pelo MEC (por ocasião do PNLD), optando por *sistemas de ensino*. Os dirigentes dessas localidades conseguiram *bancar* tal opção destinando boa parte dos recursos recebidos em decorrência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Por ocorrências dessa ordem, a Resolução nº 60, de 20/11/2009 dispõe sobre a obrigatoriedade de as redes de ensino assinarem termo de adesão para participar do PNLD. Ou seja, a opção por esses *sistemas estruturados de ensino* não incide em ilegalidade, desde que a prefeitura que opte por tal produto informe ao governo, para que este não envie livros didáticos ao município por ocasião do PNLD, e que use verbas próprias do município (Fundeb) para a compra do sistema apostilado.

Isto posto, Silva (2006) acrescentou que o material didático dos sistemas de ensino não passam por nenhum tipo de avaliação governamental, diferentemente do que ocorre com os livros didáticos enviados pelo MEC, sequer são selecionados pelos docentes e profissionais da Secretaria da Educação dos Municípios, uma vez que são comprados nos órgãos centrais das prefeituras. Ainda assim, esse tipo de iniciativa municipal não é ilegal, pois os municípios têm autonomia na gestão e nos métodos de ensino. Nesse artigo, ainda, o articulista apresentou, entre outros, o caso de Taubaté, município localizado a 130 km de São Paulo que, provavelmente, estão entre os que justificam o “endurecimento” do governo, com a já citada Resolução nº 60, de 2009.

No segundo semestre de 2005 o prefeito Roberto Peixoto (PSDB) encomendou 35 mil livros ao MEC. Meses depois, estranhamente mudou de ideia e entrou na onda das apostilas. Os livros gratuitos foram despachados para um galpão e os alunos obrigados a se deparar com graves erros como os vistos numa apostila da sexta série. No mapa-mundi, a Antártida foi parar onde é a Groelândia, o território gelado pertencente à Dinamarca. No mesmo desenho, o Estreito de Behing, o canal que separa o Alasca (EUA) da Sibéria (Rússia), foi grafado como Berning.

A má qualidade da apostila foi atestada por Lisete Arelalo, diretora do departamento de Administração e Economia da Educação da USP: “O material é de segunda categoria. A estética é pobre e o conteúdo, inadequado para uma criança da sexta série”. (...) “Duvido que o prefeito colocasse os filhos dele em uma escola com esse tipo de apostila”, completou Arelalo.

De acordo com o articulista, esse sistema apostilado foi produzido pela editora curitibana Expoente - que ganhou a concorrência em Taubaté.

A concorrência no segmento dos sistemas de ensino é bastante acirrada, porque conta tanto com empresas tradicionais do setor como Anglo, Objetivo, COC e Positivo, como com os grandes grupos do setor dos didáticos, que também passaram a produzir e comercializar sistemas de ensino. Tal processo justifica-se, certamente, em decorrência da expansão dos sistemas de ensino, que passaram a ocupar espaços antes destinados prioritariamente ao livro didático – primeiramente, em algumas escolas na rede particular de ensino e, posteriormente, na rede pública, por meio da negociação feita com as prefeituras municipais – somando-se ao potencial de ganhos advindos da venda desse tipo de produto, que impressionam!

A comercialização dos sistemas de ensino em Taubaté, mencionada no artigo da revista IstoÉ (20/06/2006), custou aos cofres públicos R\$ 33,4 milhões por três anos. Nesse artigo a prefeitura da cidade justificou o investimento pela contraposição do

serviço oferecido pela empresa: material didático complementar, treinamento do corpo docente, acesso a um portal de educação e um disque-dúvidas.

Ou seja, em 2004, por meio do PNLD de 2005, o FNDE/ MEC investiu R\$ 619 milhões para atender os 31 milhões de alunos de 5ª a 8ª série (livros de todas as disciplinas) e da 1ª série, além de fazer reposição para os alunos de 2ª a 4ª séries das 149.968 escolas do então Ensino Fundamental de oito anos da rede pública (FNDE, 2013). No caso do Ensino Médio, em 2005, para o PNLEM de 2006 (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio) – nível de ensino que estava começando a receber livros didáticos por meio das compras governamentais, foram investidos, aproximadamente, 143 milhões, para atender 3.253 escolas públicas brasileiras, com Livros de Português e Matemática para os 7 milhões de alunos dos 3 anos do Ensino Médio, em todo o país.

Em síntese, o governo federal investiu (2004 e 2005) R\$762 milhões para enviar os livros supramencionados, de praticamente todas as disciplinas, aos 38 milhões de alunos matriculados nos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas dos 5.564 municípios do país (com poucas exceções, os livros enviados pelo PNLD têm previsão de uso de três anos).

Em contraposição, o município de Taubaté, com 278 mil habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2010) e, aproximadamente 40 mil estudantes matriculados, investiu 33 milhões para a compra de um sistema de ensino, por três anos.

Assim, é por conta desse mercado promissor que se estabelece a retirada do livro didático da escola e a entrada dos grandes grupos do segmento dos didáticos nessa disputa dos sistemas de ensino. Ou seja, o objetivo é não perder mercado; e não defender um ou outro material didático ou metodologia de ensino. Além disso, as editoras também entram legalmente na formação de professores da rede pública, espaço que até também se apresenta como mercado promissor.

Um bom exemplo da força de negócios que representa a comercialização dos Sistemas Estruturados de Ensino é a entrada, no Brasil, do gigantesco grupo britânico Pearson, que é considerado um dos maiores grupos de educação do mundo. A editora Pearson entrou no mercado educacional brasileiro, em 2010, no segmento dos materiais

didáticos, ao adquirir os Sistemas de Ensino SEB, (COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Nane); além de já ter significativa participação na Companhia das Letras.

O diretor presidente da Pearson do Brasil, Guy Gerlach, em declaração para Oliveira (jornal Valor Econômico, de 10/04/2012) diz que “as apostas estão na ampliação de produtos e tecnologias para a escola pública. Por meio do Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino (Name), a Pearson já atende escolas em 124 municípios do país, atendendo mais de 200 mil alunos. O plano é chegar agora na gestão dessas escolas.” Considerou, ainda, que a empresa *tropicalizou* um produto já amplamente utilizado nos Estados Unidos para as necessidades do país, o *PowerSchool*, um software de gestão que atende mais de 50 milhões em todo o mundo.

Assim, inegavelmente, a meta das empresas que comercializam os sistemas de ensino é o grande mercado representado pela rede pública de ensino brasileira.

Apesar de todo aparato tecnológico no entorno desses produtos, além das especificidades questionáveis que, atualmente, envolvem a comercialização dos *sistemas de ensino*, uma vez que são vendidos diretamente para as prefeituras dos municípios brasileiros, sem passar por nenhuma instância de avaliação, nem pela seleção dos profissionais da educação local; inegavelmente o que se vende é a previsibilidade do trabalho com os conteúdos a partir de um currículo totalmente estruturado.

Ainda assim, é inegável o apelo que esses materiais têm! Em 2010, foram computadas 165 municípios (dos 645 do Estado de São Paulo), que abriram mão de receber gratuitamente os livros didáticos por meio do PNLD para gastarem milhões de seus recursos próprios comprando sistemas de ensino de empresas como *Positivo*, *COC*, *Objetivo*, *Expoente*, entre outros oriundos das grandes editoras de didáticos (Ática, Moderna, Saraiva, Scipione, entre outras). Nesse processo, os interesses comerciais das editoras são muitos e, diga-se de passagem, os ganhos advindos dessa venda são muito maiores do que os gerados pela venda dos livros didáticos, como já foi demonstrado.

De fato, o mercado escolar brasileiro é muito atrativo, não só pelos números que apresenta, mas também pelas suas possibilidades de crescimento, diferentemente dos países europeus, por exemplo, em que as taxas de natalidade caem ano a ano. Além

disso, o gigantismo do investimento governamental também apresenta forte apelo aos interesses comerciais implicados na venda de materiais didáticos e na prestação de serviços para o setor público que, por vezes, extrapolam o interesse meramente pedagógico que deveria balizar a questão do ensino público.

Nesse contexto, o recente crescimento desses *sistemas estruturados de ensino* na rede pública do país vem sendo objeto de preocupação e de problematização recorrente por parte de estudiosos e da própria gestão pública federal (Cassiano, 2012), uma vez que tenciona os limites entre público e privado, uma vez que envolvem problematizações sobre a totalidade do currículo dos municípios, por exemplo, se este deve ser gestado por empresas que visam deliberadamente o lucro, em troca de quantias vultosas, que deixam de ser aplicadas diretamente na formação do professor e em especificidades educacionais da região, uma vez que para adquirir estes produtos, o município abre mão de receber os livros didáticos do governo federal, escolhido por seus próprios professores! Como já se disse, a questão é, de fato, polêmica.

REFERÊNCIAS:

BRASIL.MEC/SEF. **Guia de Livros Didáticos 2005/ História**. Brasília: Ministério da Educação. SEF. 2004

CASSIANO, C C de F. **O mercado do livro didático no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2007.

..... **Mercado Editorial Escolar e os Sistemas Apostilados de**

Ensino: Duelo de Titãs, Controle Curricular da Educação Pública e Cifras

Impressionantes. Fortaleza, CE: XXXV Congresso Bras.de Ciências da Comunicação/ Intercom, de 3 a 7/9/2012. Disponível em

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2234-1.pdf>> Acesso: 20 jun.2013

.....**Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares**. Ensino de História. Franca: Fundação Editora da UNESP, vol.23 n.1-2. 2004.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a03v2312.pdf>> Acesso: 20 jun.2013.

17

MIRANDA, S.R.; DE LUCA, T.R. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História . São Paulo: USP. vol.24 n.48. 2004.

Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-882004000200006&script=sci_arttext> Acesso: 20 jun.2013

FERREIRA, M.M; FRANCO, R. **Desafios do ensino de História**. CPDOC. Estudos Históricos. Ensino de História e Historiografia. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV , vol. 21, nº. 41, 2008.

INEP. Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico. Brasília : INEP, 2013.

FNDE, 2013 - **Evolução do PNLD Ensino Fundamental – 2004 a 2013**

Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>> Acesso: 20 jun.2013

KAMEL, A. **Livro Didático e Propaganda Política**. Rio de Janeiro: jornal **O Globo**, 01/10/2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2007/10/01/297958192.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

NASSIF, L. **O caso do livro no índice** (reproduzido do blog do autor de 21/09/2007)

Disponível em

< http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_polemica_sobre_a_nova_historia>

Acesso: 20 jun.2013

NICOLA, J. 2007. Livro Didático (Debate de setembro/outubro de 2007). Disponível em <<http://www.sobenh.org.br/page11.aspx>> Acesso: 30 jun.2013.

OLIVEIRA, R. de. **Após investimentos de R\$ 1 bilhão, conselho de administração vem ao país em busca de resultados**. São Paulo: Jornal Valor Econômico, de 10/04/2012.

SILVA, C. **A didática da esperteza**. São Paulo: revista IstoÉ, de 20/12/2006.

SILVA, M.A. **A fetichização do livro didático no Brasil**. Revista Educação e Realidade: Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso: 20 jun.2013

SOUSA, A.P. **A História como ela é**. São Paulo: revista CartaCapital, p. 24-31, de 03/10/2007.